

A PSICOLOGIA FEMINISTA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA INTIMIDADE: A (RE)CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS TERAPÊUTICOS

*Sofia Neves
Conceição Nogueira*
Universidade do Minho

RESUMO: O presente documento constitui uma reflexão crítica sobre os pressupostos gerais das metodologias feministas aplicados ao exercício da Psicologia especificamente em contextos terapêuticos. É feita uma breve alusão ao enquadramento histórico que esteve subjacente à emergência da Psicologia feminista, bem como aos princípios que estiveram na base do desenvolvimento de novas e inovadoras práticas terapêuticas dirigidas, sobretudo a mulheres, numa lógica de intervenção feminista. Ao advogar o princípio da emancipação feminina, totalmente adverso ao regime patriarcal, os/as psicólogos/as feministas assumem a sua opção pela não neutralidade da ciência psicológica e das suas práticas e politizam os espaços terapêuticos onde se movimentam. Esta tomada de posição é particularmente significativa nas situações de violência, uma vez que possibilita que as vítimas vejam validadas as suas experiências pessoais.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia feminista, metodologias feministas, terapias feministas, violência contra as mulheres.

FEMINIST PSYCHOLOGY AND VIOLENCE AGAINST
WOMEN IN INTIMATE RELATIONS: THE
(RE)CONSTRUCTION OF THERAPEUTICAL SPACES

ABSTRACT: The present document constitutes a critical reflection on general presupposals of feminist methodologies applied in psychological practices, more specifically in therapeutical contexts. A brief reference is made to the historical frame under which Feminist Psychology emerged as well as to the principles that based the development of new and innovative therapeutical practices for

Neves, S. & Nogueira, C.

"A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos"

women in a feminist intervention approach. By advocating the principle of women's emancipation, totally contrary to the patriarchal regime, feminist psychologists take upon their option for the non-neutrality of psychological science and their practices, thus politicizing therapeutical spaces where they act. This decision making is particularly significant in violent situations, since it makes it possible the victims be acknowledged in their personal experiences.

KEYWORDS: Feminist Psychology, feminist methodologies, feminist therapies, violence against women.

A EMERGÊNCIA DA PSICOLOGIA FEMINISTA

O ressurgimento do movimento feminista nos finais da década de sessenta (Segunda Vaga do Feminismo) reavivou o interesse social pelas questões das mulheres e do género, interesse esse que progressivamente se tornou extensivo à Psicologia e às suas áreas de investigação e de intervenção (AMÂNCIO, 2001; NOGUEIRA, 2001).

Até essa altura, as feministas que trabalhavam na, ou sobre a ciência, eram poucas (KAMUF, 1990), sendo esta ausência um fenómeno reconhecido (ROSE, 1990). Segundo Evelyn Fox Keller (1991), uma nova crítica da ciência começou a emergir de um número considerável de trabalhos feministas, que sugeriam a existência de muitas distorções masculinas no exercício da ciência. Apesar do conhecimento feminista ter surgido a nível académico, num contexto de ciência moderna (NOCHOLSON, 1990), a legitimidade dos estudos feministas só poderia provir de uma crítica a esses mesmos pressupostos, já que assumi-los implicava uma negação de qualquer ciência feminista. Estas razões tornam particularmente relevantes para as feministas as questões ideológicas intrincadas na ligação da objectividade com a masculinidade e deste modo dos objectivos da própria ciência com o poder e a dominação (HASTE, 1993; KELLER, 1991).

O que até então se tinha traduzido num conhecimento científico marcado pelo viés androcêntrico – em que claramente o comportamento do sexo masculino era perspectivado como a norma universal a partir da qual era avaliado e classificado o comportamento

feminino (AMÂNCIO, 1994 & COLLIN, 1991), começou a ser contestado e reapreciado pelos/as académicos/as, dando origem a um processo de revisão das metodologias e dos conceitos psicológicos e, conseqüentemente, a uma nova abordagem da ciência, preocupada agora com o desenvolvimento de formas alternativas de análise das relações entre as mulheres e os homens (HARE-MUSTIN & MARECEK, 1990; CRAWFORD & UNGER, 2000).

Em virtude deste activismo académico e político, isto é, deste processo reactivo contra uma pseudo ordem dominante masculina, a ciência psicológica assumiu, não de uma forma totalitária, nem mesmo consensual (BURMAN, 1998 & HARDING, 1990) mas ainda assim significativa, um discurso de igualdade entre os sexos em oposição a um discurso vigente, profundamente discriminatório para as mulheres.

É nesta conjuntura que emerge a Psicologia feminista a qual, segundo Crawford e Marecek (1989), nasceu do reconhecimento do estado de “ausência da mulher” na ciência e do consenso básico de que quer as questões das mulheres, quer as questões de género, tinham que ser integradas na teoria e na investigação (WELSH, 1992). Ao ir buscar aos pressupostos feministas os seus princípios orientadores, a Psicologia feminista posiciona-se inequivocamente numa linha de acção activamente anti-sexista, sustentando que os homens e as mulheres e as suas preocupações e vivências são igualmente valoráveis e importantes aos olhos do conhecimento científico (EICHLER, 1988 in CRAWFORD & UNGER, 2000).

A Psicologia feminista tem assim o intuito de tentar compreender não só os efeitos do género na construção do conhecimento, mas também de outros sistemas de classificação social como a “raça”, a classe social e a orientação sexual, por exemplo. Mais do que criticar a perspectiva androcêntrica da Psicologia tradicional, a Psicologia feminista concorre para a criação de uma Psicologia que tenha uma visão mais adequada e compreensiva da mulher (WORREL, 1996 in CRAWFORD & UNGER, 2000).

A Psicologia feminista designa assim um espaço estratégico entre o feminismo e a psicologia (BURMAN, 1998) e procura claramente compreender o enquadramento das pessoas (mulheres e homens) no mundo social envolvente, a tomada de perspectiva do

Neves, S. & Nogueira, C.

"A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos"

ser humano com base em aspectos relacionais (JORDAN, KAPLAN, BAKER MILLER, STIVER & SURREY, 1991 E TAYLOR, GILLIGAN & SULLIVAN, 1996 IN WILKINSON, 1998) e a construção dos significados e dos conhecimentos através da interação (HARE-MUSTIN & MARECEK, 1990, MORAWSKI & AGRONICK, 1991 IN WILKINSON, 1998), rejeitando veementemente o individualismo atomístico defendido pela Psicologia tradicional (WEISSTEIN, 1968/1993 & SHERIF, 1979/1992 IN WILKINSON, 1998). Não é, no entanto, um domínio estável; pelo contrário, representa um espaço de contestação e de dúvida acerca do que é considerado "conhecimento", quem o define e como se obtém, isto é, dos diferentes posicionamentos epistemológicos feministas (HARDING, 1990; NOGUEIRA, 2001; STANTON ROGERS & STANTON ROGERS, 2001), assim como da própria denominação de "Psicologia Feminista" (BURMAN, 1998).

Independentemente dessas arenas de conflito (mais estimulantes que limitadoras, na opinião geral das teóricas feministas), acredita-se no potencial da psicologia (de uma forma geral) para a construção de um mundo melhor, e na defesa de valores como a igualdade e a justiça social em particular (AUSTIN & PRILLELTENSKY, 2001). As questões das mulheres e do gênero inserem-se claramente nesta expectativa.

At the millennium, psychology is in the midst of a transformation into a more balanced and inclusive body of theory, research, and practice. Contemporary feminism has provided psychology with a wealth of new theoretical frameworks and scholarship. In turn, psychological research is being used to further social change to benefit girls and women. This is an exciting time for students to begin their study of women and gender, and an exciting time to be teaching in this dynamic field (bold nosso) (CRAWFORD & UNGER, 2000, p, xv).

AS METODOLOGIAS FEMINISTAS: TRAJECTOS INOVADORES NA PSICOLOGIA

A tradição positivista na Psicologia, apesar de fortemente criticada por alguns sectores dentro da Psicologia e pelos movimentos feministas, não deixou de se constituir ainda como uma prática dominante no seio académico. A adopção de metodologias feministas na Psicologia tem-se traduzido num processo tímido que vigora ainda nos dias de hoje, nomeadamente em Portugal, embora gradualmente se vá notando a sua presença em alguns projectos de investigação e de intervenção, desenvolvidos nomeadamente com mulheres e por mulheres.

Para melhor se explorar este percurso de introdução das metodologias feministas na Psicologia, importa desde logo começar por fazer um exercício de desconstrução desta noção de “metodologias feministas” e de concretização e sistematização de alguns dos seus pressupostos fundamentais. As metodologias feministas aparecem descritas na literatura como instrumentos ou estratégias de mudança social que reflectem diferentes perspectivas e teorias feministas, todas elas com um denominador comum: o princípio da igualdade entre os sexos (RAMAZANOÐLU & HOLLAND, 2002). É com base neste princípio da igualdade entre os sexos que as metodologias feministas pretendem, acima de tudo, garantir a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências dos homens e das mulheres, bem como os significados que homens e mulheres constroem acerca das suas realidades sociais. E é precisamente esta lógica de compromisso declarado que consideramos ser *a* mais-valia das metodologias feministas, e por inerência, *a* mais-valia da utilização dos princípios feministas ao serviço da Psicologia.

A descrença na Objectividade da Ciência - Ao pôr em causa a leitura tradicionalista da Psicologia, o feminismo veio contestar a noção de objectividade, de verdade e de neutralidade que até então tinha “minado” o conhecimento científico. Os métodos puramente experimentais e quantitativos que aparentemente afixavam a salvaguarda de tais noções foram sujeitos a escrutínio pela Psicologia

feminista, facto que contribuiu para o aprofundamento da discussão em torno dos contornos positivistas da actividade científica (KIMMEL & CRAWFORD, 2001).

A negação da subjectividade pelo positivismo e a crença de que o processo de investigação para ser credível teria forçosamente que ser imparcial, generalizável e livre de enviesamentos políticos ou pessoais (RAMAZANOÐLU & HOLLAND, 2002), deram origem ao pressuposto de que a ciência só seria "verdadeira ciência" se fosse objectiva e se procurasse o desenvolvimento de leis universais (Hammarström, 1999). Ora a Psicologia feminista vem revogar este pressuposto, assumindo que o conhecimento é socialmente construído e situado, que os actores e as actrizes sociais desempenham um papel primordial neste processo pró-activo e multi-componencial, e que é necessário atribuir um lugar de destaque às influências de índole cultural, económica, política e social na construção da ciência.

Ao pôr de parte a visão objectivista da ciência, a Psicologia feminista admite que determinados valores que desafiam a neutralidade e a universalidade devem ser adoptados na concepção das metodologias feministas e devem reflectir-se na prática de investigação e intervenção científica. Esta prática deverá ser orientada pela tomada de consciência, por parte dos/as investigadores/as, de que a forma como esse processo é conduzido depende das suas ideologias, das suas expectativas e das suas crenças e de que a interferência dessa "culturalidade" no seu trabalho poderá ditar a forma como é construída por eles/as a realidade. A Psicologia feminista, ao contrário da Psicologia tradicional, não procura a padronização (no sentido em que não está preocupada em atingir leis universais ou leituras do tipo causa-efeito sobre os fenómenos), mas antes o contraste e a diversidade (o contraste e a diversidade que são construídos nas e através das relações vividas pelos homens e pelas mulheres e que, assim sendo, não podem deixar de ser socialmente partilhados).

A Reflexividade como instrumento crítico - O argumento da descrença na objectividade da ciência traz consigo a apologia do processo reflexivo como um pressuposto intransponível das metodologias feministas e, logo, da Psicologia feminista. Tal como salienta Anne Hammarström (1999), a análise reflexiva na investigação científica e

social emerge da premissa de que o conhecimento é sempre e inevitavelmente moldado por quadros de referência sócio-políticos, os quais integram asserções sobre o género, o sexo, a classe social, entre outras. Nesse sentido, a reflexividade serve o objectivo de revelar e analisar o impacto que esses quadros de referência têm na construção do conhecimento científico, objectivo esse em tudo compatível e conciliável com a finalidade de contextualização cultural, histórica e política dos fenómenos sociais presente na lógica das metodologias de cariz feminista.

Uma característica chave da investigação feminista é precisamente a da tomada de consciência de que o conhecimento é um processo social no qual o/a investigador/a desempenha um papel importante (WOLF, 1996; FLINTOFF, 1997 IN GARRETT, 2002), nomeadamente ao nível do seu próprio posicionamento perante a ciência e os seus processos.

Nesta perspectiva, a reflexividade manifesta-se como um processo através do qual os/as investigadores/as avaliam continuamente a forma como os seus valores pessoais, as suas histórias, as suas crenças e as suas posições influenciam o seu trabalho, fazendo com que as implicações dessa influência se tornem claras nos documentos que constroem, incluindo neles as suas próprias reacções e sentimentos em relação à investigação (HILL, BOND, MULVEY & TERENCE, no prelo). A complexidade da investigação feminista faz com que este processo reflexivo seja aplicado a vários aspectos da sua realização, desde a condução da investigação, o lugar do/a investigador/a na investigação, a relação do/a investigador/a com os alvos da investigação, a posição filosófica e a natureza do conhecimento, a elaboração dos documentos de trabalho, até ao impacto da investigação nos/as investigadores/as (DURAN, 1991, OLESEN, 1994, FINE & WEIS, 1996 E MCDERMOTT, 1996 IN GARRETT, 2002).

A mais-valia da Pluralidade Metodológica - Um dos pressupostos das metodologias feministas mais mencionados na literatura é o pressuposto da pluralidade metodológica, o qual defende a utilização de múltiplas e variadas metodologias na análise e na investigação dos fenómenos sociais, de forma a evitar leituras simplistas da realidade (HILL & *et al.*, no prelo). Como fazem notar Kimmel e Crawford (2001), no lugar do elitismo metodológico postulado pela

Psicologia tradicional, a Psicologia feminista coloca a variedade e a criatividade das metodologias, defendendo assim uma abordagem pluri-metodológica. A articulação de várias metodologias de investigação aumenta quer a possibilidade dos/as investigadores/as perceberem mais eficazmente o que estão a estudar, quer a credibilidade dos seus achados e das suas conclusões, uma vez que as perspectivas de apreciação dos resultados alcançados e os critérios de validação dos mesmos são igualmente múltiplos. A opção da pluralidade metodológica pelos/as investigadores/as feministas é assim uma opção técnica deliberada, na medida em que expressa preocupações em prol do compromisso que esta visão da ciência assume face à mudança social.¹ Também por esta razão muitos/as autores/as insistem na ideia de que não há apenas uma metodologia feminista específica, mas antes um conjunto de metodologias que, ao ser usado ao serviço dos princípios feministas, pode ser denominado de metodologias feministas. Como tão apropriadamente salientaram Kimmel e Crawford, em 2001, relativamente à Psicologia feminista, não há um modo "correcto" de fazer investigação: "acima de tudo, o método deve servir a questão", daí que cada investigador/a deva adoptar a metodologia que melhor possa servir a questão que está a ser por ele/a colocada.

O emprego de uma multiplicidade de metodologias num contexto de investigação ou de intervenção permite na realidade o combate à uniformização e, logo, à universalidade dos procedimentos científicos. Muitos/as investigadores/as feministas decidem pela pluralidade de métodos porque defendem o respeito pela especificidade de cada indivíduo, especificidade essa construída e contextualizada nos espaços sociais. Este postulado inultrapassável do legado feminista e da ciência feminista, que alia a singularidade individual à roupagem cultural, política e social não pode deixar de beneficiar da utilização e do desenvolvimento de diferentes metodologias no entendimento dos fenómenos sociais, em geral, e dos fenómenos psicológicos, em particular.

¹ Shulamit Reinharz (1992) chama a atenção para o facto das descrições feministas sobre investigações multi-métodos traduzirem o comprometimento que os/as investigadores/as têm com a minuciosidade, com o desejo de serem não restritivos/as e com a vontade de correrem riscos.

A minimização do Poder e o compromisso com a Igualdade -

As/os feministas, ao longo da História, sempre perspectivaram a mudança social em termos das relações de poder, advogando que a mudança social acontece de facto quando os grupos oprimidos (as mulheres, as minorias étnicas, gays e lésbicas, entre outros) adquirem poder para atribuir legitimidade às suas próprias construções da realidade e para nela serem capazes de operar transformações (HILL & *et al.*, no prelo). Assim sendo, a questão do poder (e das relações que em torno dele se criam) assume um destaque primordial ao nível da investigação feminista e, como facilmente se depreende, ao nível da Psicologia feminista.

Na investigação feminista a relação desigual de poder entre o/a investigador/a e o/a investigado/a é trabalhada de forma a que a perspectiva do/a último/a seja validada e reconhecida como elemento basilar de todo o processo. Nesta óptica, é feito um esforço consciente no que toca ao completo esbatimento da relação hierarquizada entre a pessoa que conduz a investigação e os alvos da mesma, considerando-se os sujeitos investigados como especialistas das suas próprias experiências e como pensadores críticos dos padrões de relacionamento social (BRAYTON, 1997).² A questão do/a participante na investigação ter o direito e a legitimidade de construir e dar significado à sua experiência pessoal é inclusivamente uma noção que dá sentido à epistemologia por detrás da aplicação dos métodos de investigação, uma vez que na investigação de cariz feminista são as vivências pessoais que constituem o verdadeiro conhecimento (MILLEN, 1997).

A investigação feminista, em geral, e a Psicologia feminista, em particular, ao defender a premissa da igualdade e ao comprometer-se activamente com a sua aplicação no contexto das relações estabelecidas em processos de investigação e de intervenção, dilui a perspectiva autocrática e de imposição do conhecimento universal desenvolvida pela Psicologia tradicional e resgata possibilidades múltiplas e complexas de diversificação do entendimento da realidade social.

2 Alguns/as autores/as chegam mesmo a sugerir que deva ser adoptada a terminologia "participante" para designar os sujeitos da investigação, uma vez que assim estará mais assegurada a lógica da igualdade entre investigador/a e investigado/a (Brayton, 1997).

O investimento na Intervenção e no Activismo Social - A utilização de metodologias feministas de intervenção e de investigação pressupõe à partida um compromisso do/a investigador/a e/ou do/a interventor/a com a mudança social e com o activismo em prol da emancipação. Como salienta Jennifer Brayton (1997), a investigação feminista não deve ser abstracta e estar alienada dos temas da investigação, devendo antes implicar-se com os seus objectivos e envolver-se na sua prossecução. A investigação ao serviço dos pressupostos feministas tem necessariamente que estimular o aumento da consciência cívica, providenciar informação e formação, educar para a cidadania e obviamente desempenhar um papel preponderante no sentido do incitamento às reformas legislativas e da emergência de iniciativas comunitárias (locais e nacionais) e de recomendações políticas (KIMMEL & CRAWFORD, 2001).

O posicionamento pró-activo na leitura e no desenvolvimento do processo de construção do conhecimento e da ciência, subentendido nos pressupostos enunciados, assinala uma ruptura decisiva entre a Psicologia tradicional e a Psicologia feminista. A negação da objectividade e da universalidade, o reconhecimento da necessidade de avaliar criticamente a Psicologia enquanto ciência e enquanto prática social, a adopção da pluralidade metodológica como possibilidade de criação de visões optativas e complementares, a preocupação com a simetria das relações de poder, o compromisso com a paridade e o investimento na mudança e no activismo social foram de facto factores verdadeiramente relevantes neste movimento de cisão entre as metodologias positivistas e as metodologias pós-positivistas, das quais distinguimos as feministas. A Psicologia, ao coligar-se com este movimento tornou-se, também ela, um portentoso mecanismo de inovação, de mudança social e de serviço público.

Conscientes da natureza socialmente construída do conhecimento, os/as psicólogos/as feministas abrem caminho para a desconstrução e reconstrução das práticas e metodologias dominantes, nomeadamente ao nível das práticas e metodologias terapêuticas. As características centrais patentes nas várias modalidades metodológicas feministas ofereceram valiosas pistas para a criação de práticas terapêuticas alternativas na Psicologia, sobretudo no que se refere a práticas terapêuticas dirigidas a mulheres.

AS TERAPIAS FEMINISTAS E A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS TERAPÊUTICOS

O interesse dos/as psicólogos/as em torno da aplicação dos princípios feministas às terapias psicológicas começou a vislumbrar-se mais consistente em meados dos anos 70, período condizente com a afirmação da Segunda Vaga do Feminismo. Durante muitos anos, o feminismo e a psicoterapia tiveram uma relação difícil, muitas vezes hostil (HEENAN, 1996), motivada pelas críticas apontadas pelas autoras clássicas às práticas psicológicas e psiquiátricas profundamente androcêntricas.

Nos Estados Unidos da América, de acordo com Enns (in SEU & HEENAN, 1998) a emergência das Terapias feministas verificou-se através da proliferação de “grupos de promoção do aumento de consciência” (“consciousness-raising groups”), os quais permitiram que as mulheres pudessem identificar e perceber melhor os elos existentes entre as suas experiências pessoais e os contextos políticos onde essas experiências eram construídas. Desta possibilidade de discussão das suas histórias de vida e das suas vivências sociais resultou uma consciencialização colectiva de que as expectativas sobre os papéis de género atribuídos a homens e a mulheres geravam discriminações, injustiças e assimetrias várias para as mulheres, tendo-se conseqüentemente postulado a ideia, amplamente disseminada pelos movimentos feministas, de que “o pessoal é político” (WORELL & REMER, 2002).

A lógica de trabalho que presidiu ao desenvolvimento destes grupos começou a ser de certa forma confundida com uma modalidade de terapia para mulheres, dado que os grupos tinham de facto efeitos terapêuticos. Surpreendentemente, e apesar dos grupos terem assumido inicialmente uma postura de rejeição face ao conhecimento proveniente de profissionais especialistas na matéria, um dos resultados mais paradoxais desta actividade de aumento da consciência pessoal e política das mulheres foi o do aparecimento de terapeutas feministas (ENNS in SEU & HEENAN, 1998). É concretamente a partir desta aliança que começa a ser elaborado todo um processo de desconstrução e posterior reconstrução das práticas terapêuticas tradicionais, processo baseado na constatação de que a Psicologia havia

sido negligente e omissa em relação ao papel que as mulheres desempenham na construção das realidades sociais.³

Podemos afirmar então que a gênese das Terapias feministas aconteceu como resultado da acção dos movimentos político-sociais que marcaram a Segundo Vaga do Feminismo, do advento dos grupos de promoção do aumento de consciência compostos por mulheres e finalmente da emergência da Psicologia feminista, nas suas diferentes influências (essencialmente humanista e psicanalítica) e epistemologias como elemento renovador da ciência psicológica tradicional.

As terapias feministas, no âmbito da Psicologia, constituem na realidade uma ramificação do grupo alargado das metodologias feministas, tal qual as consideramos neste documento. Estão por isso imbuídas das mesmas características e dos mesmos pressupostos das metodologias feministas no seu conjunto, embora tenham cambiantes próprios pelo facto de implicarem a criação, a sustentação e a supressão de relações terapêuticas.

As/os feministas que escreveram sobre as Terapias feministas salientaram o seu efeito emancipatório para as mulheres como a característica mais distintiva deste tipo de terapias. Para Kaschak (1981), enquanto que as terapias tradicionais pretendem ser livres de valores e apolíticas, as terapias feministas enfatizam a importância do sistema de valores e dos aspectos políticos; enquanto que as terapias tradicionais recorrem a constructos intrapsíquicos para explicar a psicopatologia, as terapias feministas encaram a psicopatologia como resultado da opressão; enquanto que as terapias tradicionais reforçam os papéis sexuais tradicionais e promovem o ajustamento às normas sociais vigentes, as terapias feministas confrontam esses papéis e essas normas (WHALEN, 1996). Algumas autoras, como Alexandra Kaplan (1976) e Sandra Bem (1976), consideraram a Terapia feminista como um instrumento de re-socialização das mulheres, enquanto outras serviram-se da metáfora da "consciência desperta", isto é, da consciencialização de como os problemas pessoais estão ligados a sistemas alargados de discriminação e hierarquia, para descrever o grande objectivo destas terapias (BRODSKY, 1973; COLEMAN, 1996; GILBERT, 1980 IN SEU & HEENAN, 1998).

3 Como já referimos anteriormente, foi neste período de apreciação crítica das práticas e dos procedimentos científicos que a Psicologia conheceu grandes avanços metodológicos, nomeadamente no que respeita às modalidades terapêuticas.

Das diversas teorias descritas na literatura as autoras, Worell e Remer, em 2002, sistematizaram quatro princípios essenciais à prática feminista em Psicologia. O primeiro dos quais, que tem a ver com a atenção dada à diversidade das identidades pessoais e sociais das mulheres, postula que devem ser exploradas e analisadas as intersecções entre as múltiplas identidades das mulheres (conscientes ou não) e a sua influência nas expectativas e comportamentos dos/as clientes e nas suas experiências de favorecimento ou opressão. O segundo princípio prende-se com a abordagem do aumento da consciência (a mesma que motivou a criação dos grupos de aumento da consciência), advogando que os/clientes devem ser ajudados/as a diferenciar as políticas inerentes a estruturas societais sexistas, racistas ou homofóbicas que influenciam as suas vidas e os problemas sobre os quais eles/as têm efectivamente controlo (as causas intrapsíquicas são suplantadas pela apreciação de mensagens latentes nos papéis de género, mediadas pela cultura, pelas expectativas sociais, pelo sexismo, pelo racismo e pela homofobia institucionalizada). O terceiro princípio, o da relação igualitária entre terapeuta e cliente, define que o/a cliente deve ser encorajado/a a propor os seus objectivos pessoais e a confiar na sua experiência individual e na sua capacidade de julgamento e avaliação da situação, reduzindo-se o mais possível as diferenças de poder sustentadas pelos intervenientes. Finalmente, o quarto princípio, que diz respeito ao processo de valorização da mulher e de auto-validação da experiência, defende que os/as clientes devem ser apoiados/as na identificação das suas potencialidades e na sua valorização pessoal.

Como podemos depreender a partir das considerações elaboradas por diversos/as autores/as sobre as Terapias feministas, mais do que as técnicas ou modelos adoptados no processo terapêutico, o que de facto é essencial na diferenciação entre este tipo de terapias e as terapias psicológicas tradicionais são os objectivos que presidem à construção do próprio processo terapêutico, a destacar o da viabilidade prática. Não pondo de lado a utilização de modelos de intervenção psicológica tradicionais, o que a Psicologia feminista faz é usurpar o potencial emancipatório de cada um deles a favor da concretização das assunções feministas. Muitos/as psicólogos/as que utilizam diferentes tipos de terapias na sua prática profissional – psicanalítica,

Neves, S. & Nogueira, C.

"A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos"

humanista, familiar, conjugal, cognitivo-comportamental, entre outras – adequam as suas intervenções aos seus princípios feministas (MARECEK & KRAVETZ IN SEU & HEENAN, 1998), transformando modelos mais ou menos tradicionais em procedimentos terapêuticos feministas.

Podemos assim concluir que as Terapias feministas na Psicologia, enquanto instrumento persuasor da mudança e do activismo social, assumem uma função primordial no *empowerment* das mulheres, no enfraquecimento dos desequilíbrios de poder em contextos terapêuticos delimitados e em contextos sociais abrangentes, na reabilitação de uma ideia não estereotipada de doença física e mental, na despatologização da condição feminina, na desconstrução de modelos de avaliação e intervenção profundamente discriminatórios, na eliminação de discursos científicos altamente restritivos e na construção de uma realidade terapêutica e social paritária onde a democracia, a igualdade e a justiça sejam valores imperativos.

AS TERAPIAS FEMINISTAS E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA INTIMIDADE

Os movimentos feministas, ao efectivarem a denúncia pública das desigualdades de género francamente nocivas, atroz e debilitantes para as mulheres, puseram a nu um somatório de vivências de vitimização a que o sexo feminino estava atreito, especialmente no âmbito dos espaços e contextos de intimidade, como a família e as relações amorosas. Esta *desmitologização* dos espaços familiar e íntimo como espaços idílicos, aparentemente despovoados de histórias de coação e de violência, não só permitiu uma transformação importante na leitura das dinâmicas sociais construídas e desenvolvidas no contexto da família, como também e sobretudo originou uma evidente mudança na lógica de intervenção (legal, jurídica, social, psicológica, entre outras) junto das vítimas de crimes praticados no seio da família. As reivindicações patentes nas abordagens feministas, claramente deladoras da recorrente tentativa de camuflagem social da violência perpetrada na esfera "privada", alertam para a existência de uma realidade silenciada e tornada imperceptível pela convivência social com práticas familiares criminosas.

No seu trabalho de “desbloqueamento” destas situações de discriminação, de desigualdade e de violação dos Direitos Humanos, os movimentos feministas posicionaram-se face à problemática da Violência contra as mulheres na intimidade e elaboraram uma grelha de entendimento do fenómeno assente na premissa de que as práticas violentas perpetradas pelos homens contra as suas companheiras são, mais do que uma questão pessoal, uma questão política (WOOD & ROCHE, 2001). Assim sendo, a violência masculina sobre o sexo feminino espelha uma forma de exercício do poder patriarcal, o qual procura acentuar o fosso das desigualdades entre mulheres e homens e garantir a continuidade do estatuto de submissão e opressão das mulheres.

As Terapias feministas, implicadas com o objectivo da mudança social, desafiaram de facto os sistemas de diagnóstico e de tratamento postulados pela Psicologia tradicional e, assim sendo, puseram em causa as visões redutoras e simplistas da ciência. A aplicação dos pressupostos feministas ao exercício da Psicologia em contextos terapêuticos tornou-se, por isso, particularmente relevante em situações onde manifestamente as desigualdades entre os sexos constituem um problema de saúde pública, sendo a violência na intimidade e na família uma delas. Ao reproduzir, na sua forma extremada, as discrepâncias de poder entre o sexo feminino e o masculino, este flagelo representa verdadeiramente um problema de saúde pública, ao qual a intervenção feminista pode e deve fazer frente, mobilizando as estruturas de toda uma rede social de apoio que possa efectivamente, mais do que suprir carências individuais, suplantando défices institucionais enraizados.

A utilização de Terapias feministas na intervenção psicológica junto de mulheres vítimas de violência pelos seus parceiros masculinos tem assim um peso inestimável na reabilitação dos direitos das vítimas, na medida em que garante, mais do que o mero ajustamento ou o crescimento pessoal das mulheres (WALKER, 1989), o reenquadramento e a reinterpretção das suas experiências de vitimização. E ao providenciar a reabilitação dos direitos das vítimas através da mobilização de recursos institucionais, este tipo de trabalho terapêutico “em rede” estimula a reorganização dos sistemas públicos como o Sistema de Saúde e o Sistema de Justiça, entre outros.

Questões como a igualdade e a minimização do poder na relação entre terapeuta e cliente assumem um papel central na acção feminista com mulheres vítimas, o que desde logo permite a estas últimas uma reapreciação da sua posição social e, em última análise, uma possibilidade de re-socialização e re-aprendizagem do seu papel no mundo social circundante. Se a violência masculina contra as mulheres na intimidade assenta numa lógica de poder desigual, os/as terapeutas feministas, diluindo as relações de poder em contexto terapêutico, motivam as mulheres a construir relações sociais paritárias e a reduzir de maneira activa as desigualdades de género presentes nos vários grupos sociais onde estão inseridas.

A despatologização da condição feminina, característica central dos modelos terapêuticos feministas, é também fulcral na abordagem feminista do fenómeno da violência contra as mulheres na intimidade. Ao substituir o primado dos constructos intrapsíquicos na caracterização das vítimas pelo primado dos factores contextuais, as terapias feministas re-localizam a génese da violência e invalidam o mito da responsabilidade e da culpabilidade feminina no cometimento deste tipo de actos criminosos. Ao invés de centrar a sua actuação na redução da sintomatologia decorrente da vitimização, a intervenção feminista em espaços terapêuticos procura reabilitar as potencialidades das vítimas, torná-las mais competentes do ponto de vista das suas performances sociais e orientá-las face aos recursos institucionais disponíveis. As Terapias feministas são por isso práticas terapêuticas que fomentam a resiliência e a autonomia das mulheres vítimas, numa lógica de intervenção social alargada e colaborativa, na qual os esforços de coligação com a comunidade são uma constante.

Do nosso ponto de vista, as mulheres e as crianças vítimas de crimes praticados em contextos de intimidade são verdadeiramente aquelas que mais sofrem os efeitos danosos de uma conjuntura social encapsulada por valores patriarcais, altamente limitativos da acção plena da cidadania paritária. As metodologias feministas, e as terapias feministas na Psicologia em particular, reabilitando o ideal da igualdade entre os sexos e situando as problemáticas sociais nos seus espaços históricos, políticos e culturais constituem, de facto, formas activas de resistência a uma ordem dominante não igualitária e propiciadora

de actividades violentas. Ao colocar à disposição das vítimas instrumentos efectivos de mudança social, as terapias feministas prestam um contributo essencial para a educação, a formação e o conseqüente *empowerment* das mulheres, assegurando assim a possibilidade de maximização das suas potencialidades humanas.

A REFLEXIVIDADE AO SERVIÇO DA PRÁTICA PROFISSIONAL⁴: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não tendo acompanhado no tempo a transformação social, científica, cultural e política desencadeada pela Segunda Vaga do Feminismo nas décadas de 60 e 70, desde cedo, enquanto estudante de Psicologia, comecei a interessar-me por muitas das questões pelas quais as/os feministas se debateram e continuam a debater-se, tais como os maus-tratos infantis e a violência contra as mulheres na intimidade. Só mais tarde, no entanto, já como terapeuta e investigadora, lidando de perto com as gritantes manifestações do poder patriarcal, me tornei francamente consciente não só do significado histórico das reivindicações levadas a cabo pelas abordagens feministas, mas também e sobretudo das implicações que essas abordagens tiveram na reconceptualização das ciências sociais e humanas e, em especial, da Psicologia. Na realidade, perceber a natureza da viragem epistemológica ocorrida no âmbito da ciência psicológica e a sua repercussão no trabalho desenvolvido em contextos terapêuticos e de investigação, impulsionada pela crítica feminista aos posicionamentos positivistas instituídos pela Psicologia Tradicional, possibilitou que eu pudesse desenvolver um olhar crítico sobre a intervenção e a investigação psicológica e, conseqüentemente, que eu pudesse perfilhar e pôr em prática uma visão mais útil da ciência.

Esta tomada de consciência e a resultante apropriação de uma identidade feminista no exercício da minha actividade profissional, que em muito contribuíram para uma mudança profunda na maneira como perspectivou o meu papel na relação terapêutica e no processo de investigação, tiveram como efeito um comprometimento pessoal e

⁴ Estas considerações dizem respeito à experiência prática da primeira autora, a qual está a realizar a sua tese de Doutoramento subordinada à temática "Metodologias Feministas na Psicologia: A (Des)Construção dos Discursos Genderizados sobre o Amor, o Poder e a Violência nas Relações Íntimas"

profissional em prol da mudança social e da adopção de metodologias interventivas e actuanes que promovam a igualdade entre as pessoas. Tornou-se claro para mim que nunca o espaço terapêutico pode ser (e não é certamente) um espaço onde eu possa (ou queira) despojar-me das minhas histórias, vivências, opções e expectativas, não podendo (e não querendo) por isso cumprir o ideal de neutralidade e de objectividade que os manuais clássicos da Psicologia insistem em perseguir. As práticas terapêuticas na Psicologia não são (e não podem ser) livres de valores nem apolíticas, na medida em que não existem senão enquadradas em tempos históricos, especificidades culturais e conjunturas políticas, da mesma forma que os/as terapeutas não são *tábuas rasas*, sem passado nem presente. É precisamente nesta consciência de que não existe imparcialidade nos discursos e nas acções terapêuticas e de que a realidade terapêutica é também ela uma realidade social construída, que reside a grande diferença entre as Terapias feministas e as Terapias tradicionais, sendo as primeiras profundamente reflexivas e as segundas altamente objectivistas.

A utilização de princípios feministas na minha prática terapêutica com mulheres vítimas de violência pelos seus companheiros e com crianças vítimas de maus-tratos e de abuso sexual permitiu que eu pudesse vivenciar *de facto* a experiência de colocar a ciência ao serviço das necessidades das pessoas e, assim sendo, que pudesse capacitá-las para a mais-valia das suas potencialidades e forças pessoais. Nesta óptica, entendo a minha função enquanto psicóloga e investigadora à luz de uma perspectiva utilitarista da Psicologia, a qual está ao serviço de questões concretas e situadas em territórios sociais de cuja análise depende a minha actuação.

A intervenção feminista na Psicologia, procurando comprometidamente estreitar a distância entre o pessoal e o político, entre o privado e público, entre as mulheres e os homens, presta um enorme contributo na prevenção e na erradicação de fenómenos violentos praticados na intimidade. Os modelos feministas, ao serem adoptados pela Psicologia, desempenham um papel de enorme importância no desenvolvimento de um pensamento crítico que desafie a tentativa de padronização e de classificação dos comportamentos humanos. A análise da categoria sexo/género nas práticas terapêuticas não pode, por isso, deixar de ser elaborada, uma vez que, como condi-

ção decisiva que é no estabelecimento e manutenção das relações interpessoais, produz linguagens diferenciadas de poder e de responsabilidade social. A Psicologia feminista, ao situar a sua filosofia de intervenção numa lógica de mudança social e de activismo político sem perder de vista esta análise, contribui sobremaneira para a criação de uma abordagem integradora e inclusiva da ciência.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, L. *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

AMÂNCIO, L. O Género na psicologia: uma história de desencontros e rupturas, *Psicologia*, Vol. XV (1), pp.9-26, 2001..

AUSTIN, S. & PRILLEÇTEMSLY, I. Diverse origins, common aims: The challenge of critical psychology. *Radical Psychology*, 2, pp. 1-14.

BRAYTON, J. *What makes Feminist Research Feminist? The Structure of Feminist Research within the Social Sciences*. <http://www.unb.ca/web/PARL/win/feminmethod.htm> (Consulta em Janeiro de 2003), 1997.

RURMAN, Erica. Deconstructing feminist psychology. In Erica Burman (Ed.), *Deconstructing feminist psychology* (pp. 1-29). London: Sage Publications.

COLLIN, F. Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CRAWFORD, M. & KIMMEL, E. Promoting methodological diversity in feminist research. *Psychology of Women Quarterly*, 23, pp. 1-6, 1999.

CRAWFORD, M. & UNGER, R. *Women and Gender. A Feminist Psychology*. Boston: McGraw-Hill, 2000.

Neves, S. & Nogueira, C.

"A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos"

CRAWFORD, Mary & MARECEK, Jean. Psychology Constructs the Female. *Psychology of Women Quarterly*.13, pp. 147-66, 1989.

CRAWFORD, Mary, UNGER, Rhoda. *Women and gender: a feminist psychology*. Boston: McGraw Hill, 2000.

GARRETT, R. *Feminist research dilemmas in How Young Women Move*. <http://www.aare.edu.au/99pap/gar99199.htm> - Consulta em Novembro de 2002.

HAMMARSTROM, A. Why feminism is public health? *Scandinavian University Press*. 27, pp. 241-244, 1999.

HARDING, Sandra. Feminism, Science and the anti-enlightenment critiques. In L. Nicholson (Ed.), *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge, 1990.

HARE-MUSTIN, R. T. & MARECEK, J. *Making a Difference. Psychology and The Construction of Gender*. New Haven: Yale University Press, 1990.

HASTE, H. *The Sexual metaphor*. London: Harvester, Wheatsheaf, 1993.

HEENAN C. Feminist therapy and its contents. In Burman, E., Aitken, G., Alldred, P., Allwood, R., Billington, T., Goldberg, B., Gordo Lopez, A. J., Heenan, C., Marks, D. & Warner, S. (Eds), *Psychology Discourse Practice: From Regulation to Resistance*. London: Taylor & Francis. 1996.

HILL, J., Bond, M. A., MULVEY, A. & TERENCEZIO, M. Methodological Issues and Challenges for a Feminist Community Psychology: An Introduction to a Special Issue. Pág. 1-21 *** (no prelo)

KAMUF, P. Replacing feminist criticism. In M. Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in feminism*, pp. 105-111. New York: Routledge, Inc, 1990.

KELLER, E. F. *Secrets of life: secrets of death*. New York: Routledge, 1992.

- KIMMEL, E. B. & Crawford, M. Methods of Studying Gender. *Encyclopedia of Women and Gender*. 2, pp. 749-758, 2001.
- MILLEN, D. *Feminist research: a question of method, methodology or epistemology?* Comunicação apresentada na Cambridge University School of Education Methodology Conference, 1997.
- NICHOLSON, L. *Feminism/Postmodernism*. New York: Routledge, 1990.
- NOGUEIRA, Conceição. Construcionismo social, Discurso e Género. *Psicologia*, Vol. XV (1), pp.43-65, 2001.
- RAMAZANOGLU, C. & Holland, J. *Feminist Methodology: Challenges and Choices*. London: Sage, 2002.
- REINHARZ, S. *Feminist Methods in Social Research*. New York: Oxford University Press, 1992.
- ROSE, N. Psychology as a "social" science. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*, London: Routledge, 1990.
- SEU, I. B. & HEENAN, M. C. *Feminism & Psychotherapy: Reflections on Contemporary Theories and Practices*. London: Sage, 1998.
- STAINTON ROGERS, Wendy & STAINTON ROGERS, Rex. *The Psychology of Gender and sexuality*. Buckingham: Open University Press, 2001.
- WALKER, L. Psychology and Violence Against Women. *American Psychologist*. 44, n.º 4, pp. 695-702, 1989.
- WELSH, M. J. The Construction of Gender: Some Insights from Feminist Psychology. *Accounting Auditing & Accountability Journal*. 5, n.º 3, pp. 120-132, 1992.
- WHALEN, M. *Counseling to end violence against women: a subversive model*. London: Sage, 1996.
- WILKINSON, S. Feminist Research. Focus Groups in feminist research: power, interaction and the co-construction of meaning. *Women's Studies International Forum*. 21, pp. 111-125, 1998.

Neves, S. & Nogueira, C.

"A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos"

WOOD, G. G. & Roche, S. E. Situations and representations: Feminist practice with survivors of male violence. *Families in Society*. 82, pp. 583-590, 2001.

WORELL, J. & REMER, P. P. *Feminist Perspectives in Therapy: Empowering Diverse Women*. New York: Wiley, 2002.

WORELL, J. Feminist interventions: accountability beyond symptom reduction. *Psychology of Women Quarterly*. 25, pp. 335-343, 2001.

Sofia Neves e Conceição Nogueira são professoras do Departamento de Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4700 – Braga, Portugal. O endereço eletrônico para correspondência é: aneves@iep.uminho.pt

Sofia Neves e Conceição Nogueira

A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos.

Recebido: 28/11/2003

Aceite final: 22/12/2003